



**REFLEXÕES E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS
PROFISSIONAIS QUE ATUAM COM O ENSINO RELIGIOSO**

doi: 10.25247/paralellus.2026.v17n40.pxxx-yyy

**JUDAÍSMO CONTEMPORÂNEO E O TRAUMA DA SHOÁ
(HOLOCAUSTO)**

CONTEMPORARY JUDAISM AND THE TRAUMA OF THE SHOAH
(HOLOCAUST)

JUDAÍSMO CONTEMPORÂNEO Y EL TRAUMA DE LA SHOÁ
(HOLOCAUSTO)

*Zuleica Dantas Pereira Campos (Unicap/PE)**

*Creso Nuno Moraes de Brito (Unicap/PE)***

RESUMO

O artigo avalia as consequências da Shoá (Holocausto) na constituição da identidade e do pensamento judaico contemporâneo. Primeiro, a partir de uma abordagem historiográfica, busca-se compreender os fundamentos teóricos do projeto de extermínio nazista, enfatizando-se como se processou a transmutação antigo antijudaísmo medieval no antissemitismo de cariz racista e pseudocientífico. Depois, analisa-se ainda o processo de industrialização da morte, representado por Auschwitz, e a participação ou conivência de parte das populações europeias diante do genocídio judaico. No âmbito filosófico e teológico, realiza-se uma aproximação teórica acerca do "silêncio de Deus" diante da Shoá, com ênfase nas variadas respostas elaboradas pelos pensadores judeus frente à catástrofe. Por fim, avalia-se como o trauma da Shoá teria sido determinante para ampliação da influência do

* Doutora em História (UFPE, 2001), com Estágio Pós-doutoral em Ciências da Religião, pela Universidade Metodista de São Paulo (2010). Professora Titular do Curso de Licenciatura em História e do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, da Universidade Católica de Pernambuco. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2533900166385959>. E-mail: zuleica.campos@unicap.br.

** Doutorando em Ciências da Religião, pela Universidade Católica de Pernambuco, e bolsista Capes. Professor da Rede Estadual de Educação de Pernambuco. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7120161574987516>. E-mail: cnmbrito@gmail.com.



sionismo político e a legitimação da criação do Estado de Israel. Entendendo, portanto, os eventos aqui analisados como fundamentos incontornáveis para conformação da judeidade e do judaísmo contemporâneos.

Palavras-chave: História do Judaísmo Contemporâneo. Religião Judaica. Shoá (Holocausto). Antissemitismo. Judeidade.

ABSTRACT

This article evaluates the consequences of the Shoah (Holocaust) in the constitution of contemporary Jewish identity and thought. First, from a historiographical approach, it seeks to understand the theoretical foundations of the Nazi extermination project, emphasizing how the ancient medieval anti-Judaism transmuted into a racist and pseudoscientific antisemitism. After, it also analyzes the process of the industrialization of death, represented by Auschwitz, and the participation or connivance of part of the European populations in the face of the Jewish genocide. In the philosophical and theological scope, a theoretical approach is made regarding the "silence of God" in the face of the Shoah, with emphasis on the varied responses developed by Jewish thinkers regarding the catastrophe. Finally, it evaluates how the trauma of the Shoah was a determining factor for the expansion of the influence of political Zionism and the legitimacy of the creation of the State of Israel. Therefore, the events analyzed here are understood as unavoidable foundations for the shaping of contemporary Jewishness and Judaism.

Keywords: History of Contemporary Judaism. Jewish Religion. Shoah (Holocaust). Antisemitism. Jewishness.

RESUMEN

El artículo evalúa las consecuencias de la Shoá (Holocausto) en la constitución de la identidad y del pensamiento judío contemporáneo. En primer lugar, a partir de un enfoque historiográfico, se busca comprender los fundamentos teóricos del proyecto de exterminio nazi, enfatizando cómo se procesó la transmutación del antiguo antijudaísmo medieval en el antisemitismo de carácter racista y pseudocientífico. Posteriormente, se analiza el proceso de industrialización de la muerte, representado por Auschwitz, y la participación o connivencia de parte de las poblaciones europeas ante el genocidio judío. En el ámbito filosófico y teológico, se realiza una aproximación teórica sobre el "silencio de Dios" ante la Shoá, con énfasis en las variadas respuestas elaboradas por los pensadores judíos frente a la catástrofe. Por último, se evalúa cómo el trauma de la Shoá habría sido determinante para la ampliación de la influencia del sionismo político y la legitimación de la creación del Estado de Israel. Se entienden, por lo tanto, los eventos aquí analizados como fundamentos ineludibles para la conformación de la judeidad y del judaísmo contemporâneos.

Palabras clave: Historia del Judaísmo Contemporâneo. Religião Judía. Shoá (Holocausto). Antissemitismo. Judeidade.

1 INTRODUÇÃO: UM ENCONTRO INESPERADO NO MUSEU

De pé no cavalete de acrílico, o quadro costuma chamar atenção no salão. Não é incomum que as pessoas parem diante dele, encantados não só com as duas meninas ali representadas – de pele de cera, olhos claros, de rostos redondos –, mas também com os detalhes dos bordados e babados de seus vestidos, o cabelo loiro de uma e

castanho-ruivo da outra. Laços de fita rosa e azul a combinar com os vestidos da mesma cor que elas portam. Rosa para irmã menor, azul para a maior. As meninas do quadro mais parecem aquelas bonequinhas de porcelana francesas, um presente frequentemente desejado entre as garotas das classes médias e abastadas do século XIX. Na verdade, parecem até a materialização daquela antiga cantiga infantil luso-brasileira: “Eu tenho uma bonequinha que veio de paris para mim...”.

A despeito da admiração pela perícia técnica impressionista utilizada pelo artista, o retrato termina por representar uma idealização de um modelo burguês de infância, feminilidade e branquitude, ainda mais se levarmos em conta que ele se encontra exposto em um museu brasileiro, o MASP (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand). Daí que não é incomum, estando ali por alguns minutos, observar mães a aconselharem as suas filhas pequenas a simularem a pose das meninas retratadas e, em tempos de redes sociais, colocarem suas filhas ao lado do quadro para fazerem repetidas *selfies*, na intenção de as postarem em redes sociais. O que a maioria, no entanto, desconhece é o fim que teriam uma daquelas alvíssimas e abastadas meninas: a loira morreu aos sessenta e nove anos, no trem que a levava para Auschwitz, justamente por não ser branca e sim de “raça inferior”, conforme a classificaram os nazistas. Ou melhor: ela não era ariana, e sim judia.

A obra, *Rosa e Azul*, foi pintado pelo mestre expressionista Pierre-Auguste Renoir, em 1881 EC¹, a fim de retratar duas das filhas do banqueiro judeu alemão Louis Cahen D’Anvers e de sua esposa, Louise de Morpurgo (filha do barão Giuseppe Morpurgo, de uma rica linhagem asquenaze² e ítalo-sefardita). As redes comerciais e familiares dos Mopurgo, estabelecidos em Trieste, fizeram daquela cidade a capital dos seguros da Europa Central nos oitocentos. Posteriormente, seus descendentes ou parentes mesclaram-se a outros proeminentes ramos financistas israelitas, como os Rotschild, os Warschawsky, os Montefiore, os Parente e os Camondo. As meninas retratadas por Renoir, em 1881 EC, correspondiam a Alice (a de rosa) e Elisabeth (a de azul), sendo esta última a que foi vitimada pelos nazistas. Além dela, foram assassinados

1 Optou-se por utilizar as abreviações EC (Era Comum) e AEC (antes da Era Comum), em detrimento dos usuais a.C (antes de Cristo) e d.C (depois de Cristo), por estarem em maior conformidade com a sensibilidade judaica.

2 Os asquenazes correspondem genericamente aos judeus provenientes do centro e leste europeu, enquanto os sefarditas seriam os judeus originários da Península Ibérica e que se espalharam pelo Mediterrâneo.

em Auschwitz sua sobrinha, Béatrice Camondo, o ex-marido desta, o compositor Léon Reinach, e os dois filhos do casal, Fanny e Bertrand.

Tanto Béatrice quanto sua tia, Elisabeth, eram convertidas ao Catolicismo, mas isso não impediu de serem exterminadas por conta de suas origens judaicas. Pois, para os nazistas, o judaísmo era, antes de tudo, uma questão racial, e não apenas religiosa ou cultural. Por sua vez, a mãe de Béatrice e irmã mais velha de Elisabeth, Irène, que também foi retratada por Renoir um ano antes (em *A Pequena Irène* ou *A Menina da Fita Azul*, 1880 EC), conseguiu ludibriar os nazistas durante a ocupação francesa, utilizando-se do sobrenome e passaporte italianos. Do mesmo modo, salvou-se a irmã mais nova, a menina de rosa, Alice, ao se casar fora da grei hebraica com o major-general britânico Sir Charles Townshend, passando a viver na Inglaterra e estando assim a salvo dos nazistas. No mesmo ano que executara *Rosa e Azul*, Renoir pintara ainda um dos tios-avôs de tais irmãs, o *bont vivant* e compositor Albert Cahen.

O nefasto destino dos Cahen apontava para uma consequência aterradora para muitos judeus pós-Holocausto: o projeto iluminista europeu e o projeto emancipador dos intelectuais da Haskalá³ fracassara em salvaguardar e integrar os judeus. Nem mesmo a assimilação ou a riqueza poderia salvar-lhes completamente. Pois, aparentemente, para os não-judeus, ancorados nos antigos preconceitos antissemitas há muito arraigados, a questão judaica permanecia como uma condição irremediável e a identidade judaica era irreduzível.

2 OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA CATÁSTROFE

Para especialistas, como o historiador Francisco Bethencourt (2015) ou a literata Karen Armstrong (2001), as regras de pureza de sangue, impostas contra os judeus e cristãos-novos⁴ pelas normativas da inquisição ibérica, teriam fundamentado e estariam na base dos pressupostos racialistas e das leis de segregação racial impetradas contra os judeus durante o regime nacional socialista. Desde o Medievo, e ampliado pelos processos inquisitoriais ibéricos, era atribuído aos judeus a alcunha

3 Correspondente judaico do movimento intelectual e filosófico do Iluminismo, desenvolvido entre intelectuais judeus asquenazes, a partir de meados de fins do século XVIII EC.

4 Judeus ibéricos convertidos forçosamente ao catolicismo por decretos régios em 1492, na Espanha, e em 1496, em Portugal.

de “raça infecta” e de portarem em suas veias “sangue impuro” (Carneiro, 2014, p. 202). Porém, Bethencourt (2015, p.437) ressalta ainda que, diferentemente do que pressupõe parte da historiografia contemporânea, o darwinismo social pouco teria influenciado os ideais nazistas, pois essa teoria acreditava na mudança e progressão das características dos povos. Não era esse, contudo, o caso do racismo científico, esse sim um dos principais fundamentos do nacional-socialismo. E foi justamente o pensamento racialista do político, escritor, e contrarrevolucionário alemão, nascido na Estônia, Alfred Rosenberg, que estruturou as doutrinas e as políticas raciais dos nazistas.

Segundo sua obra *O Mito do Século XX*, publicada em 1930 EC, o conceito de humanidade era uma abstração irreal, pois o que caracterizava os povos era, na verdade, a raça. Dentre as raças, a superior, ou seja, a que detinha as melhores habilidades e qualidades, e por isso estava destinada ao domínio e à soberania, era a ariana. Essa raça abarcaria um amplo rol de grupos europeus, incluindo também os imazighen norte-africanos. Entretanto, eram os povos ariano-nórdicos (germânicos, britânicos, escandinavos, neerlandeses e bálticos) que melhor mantiveram e desenvolveram as qualidades de superioridade racial. Oposto aos arianos estavam os semitas, particularmente, os judeus, daí a necessidade de excluí-los e rejeitar sua influência cultural, social e genética. Ideais como o cosmopolitismo/globalismo, o bolchevismo/socialismo e a democracia correspondiam a elaborações judaicas visando a enfraquecer os arianos e minar o processo civilizatório iniciado por eles.

Essa evolução civilizatória teria se iniciado com os ramos arianos primevos, que constituíam o eixo original das civilizações indo-sumério-persa e greco-romana-germânica, desdobrando-se nos povos ariano-nórdicos. Ainda que fosse inegável que, ao longo da história, os povos tenham se mesclado, essa mistura poderia ocorrer intragrupos, como entre arianos com arianos, por exemplo. O problema era quando ocorria entre grupos distintos, tal qual ocorrera entre os judeus, que seriam o resultado do árabe beduíno semita e dos sírio-hititas arianos. Essas misturas de grupos raciais díspares resultariam no mestiço, isto é, em um elemento de degeneração racial. Essa concepção racialista não era uma inovação teórica do pensamento de Rosenberg, mas sim uma releitura do pensamento eugenista do estadunidense Madison Grant, e principalmente da obra *As Fundações do Século XIX*, do escritor britânico Houston

Stewart Chamberlain, discípulo do filósofo racista francês, o conde Artur de Gobineau (Magnoli, 2009, pp. 39–45).

Para Hitler, os judeus teriam sido ainda os responsáveis pela derrota alemã na Grande Guerra (1914-1918 EC), pois controlavam a política francesa, dominavam a economia estadunidense e eram influentes nos altos círculos britânicos (com o intuito de fomentar o cosmopolitismo e monopolizar a economia). Além de atuarem como traidores infiltrados na Alemanha, mesmo que em números relativos não compusessem sequer 1% da população alemã, em 1933 EC, quando os nazistas chegaram ao poder (Bethencourt, 2015, p. 445). Entre 1925 e 1939 EC, ano da eclosão da guerra, a população judaica alemã estava em um rápido processo de envelhecimento, declínio numérico (baixa natalidade), abandono comunitário e assimilação sociocultural. Se em 1925 EC constavam em quinhentos e sessenta e quatro mil indivíduos, passaram para trezentos e quarenta e cinco mil em setembro de 1939 EC (Wasserstein, 2014, p. 30–31).

Isso significa que era atribuído aos judeus um poder e relevância muito além da realidade factível, em uma caricatura muito próxima à apresentada pelo panfleto antisemita denominado “Os Protocolos dos Sábios de Sião”, uma teoria da conspiração que afirmava serem alguns líderes judeus parte de uma associação secreta, que tinha como fim dominar o mundo. Tal tese conspiracionista ainda tende a ser encontrada em algumas falas e publicações em círculos radicais de militância da esquerda e da extrema direita, e também dentre alguns simpatizantes e membros de associações de inspirações supostamente decoloniais.

Na concepção nazista, o cosmopolitismo e os valores burgueses de muitos judeus alemães eram a antítese do ideal de povo (*Volk*), intrinsecamente vinculado a uma terra e cujo legítimo valor seria o trabalhar diretamente com a natureza. O fato de os judeus não terem um estado próprio (*Reich*) demonstraria sua incapacidade de se constituírem como uma nação, restando-lhes sobreviver como parasitas de outras nações. Daí que eles estariam ontologicamente em oposição a qualquer valor nacionalista, e a identidade judaica era entendida como o vértice de todos os valores, comportamentos e ideias malignas, decadentes e degeneradas. Logo, exterminá-los

era realizar um ato profilático, o que justificaria o “extermínio do cancro social” (Carneiro, 2014, pp. 197–213).

Há dúvidas, porém, se desde sempre a intenção de Hitler era exterminar todos os judeus. Aparentemente, seu objetivo inicial parecia ser segregá-los, utilizá-los como reféns e expulsá-los da Alemanha. Sendo essa a razão porque, a princípio, ele pareceu simpatizar com a criação de um Estado judaico, e certa cooperação limitada foi realizada entre nazistas e a Agência Judaica de Imigração para a Palestina, sob mandato britânico. Isso, no entanto, não significava uma aliança entre nacional-socialistas e sionistas, muito menos uma convergência ideológica entre os dois grupos, mas correspondia, de um lado, ao interesse dos nazistas de se livrar dos judeus em áreas do Reich alemão; e do outro lado, ao anseio sionista de fortalecer sua causa de reivindicação da soberania judaica em “território ancestral”, enquanto salvaria o maior número possível de judeus. A *solução final*, entendida como o extermínio de todos os judeus europeus, seria por fim resultante da concentração dos esforços nazistas em resolver, de modo cabal e célere, a questão judaica diante de uma esperada reação soviética (pois a maioria dos judeus europeus viviam em territórios dominados sob soviéticos e conquistados pelos nazistas), ou mesmo de uma eventual derrota alemã. Assim, na concepção hitlerista e de seus asseclas, ao menos o “mal judaico” seria extirpado (Magnoli, 2009).

No imaginário coletivo de muitos judeus, há uma narrativa sobre a correlação entre antissemitismo e holocausto capaz de criar uma espécie de genealogia desse preconceito, que vai desde a emergência do monoteísmo, através do patriarca Abraão, passando pelo surgimento do Cristianismo e pelo Medievo, e culminando com as práticas persecutórias vinculadas aos nacionalismos e ao racismo nazista que engendrou a Shoá. A questão da eficácia da propaganda nazista e a disseminação de teorias conspiratórias focadas nos judeus, aliada a séculos de estigmatização antijudaica na cultura popular europeia, bem como a um sentimento generalizado de desesperança e frustração da população alemã no pós-guerra, são também resgatadas nas narrativas de muitos judeus que viveram aquele período, na tentativa de explicar e até inocentar a maioria da população alemã, cuja cultura literária e filosófica era muito cara a inúmeros judeus ocidentais (Fried, 2021).

Shoá, em hebraico, significa destruição, catástrofe, ruína. É um termo que tem sido preferido por alguns especialistas no tema, particularmente judeus, para se referir ao que se convencionou denominar Holocausto, pois este último possuiria uma conotação ritualística religiosa em que um sacrifício era imolado e passado pelo fogo. Sendo assim seria, portanto, inapropriado para descrever o que ocorreu aos judeus durante a política de extermínio nazista. Outros grupos, como os povos roma e sinti, também possuem suas próprias nomenclaturas para descrever suas experiências nesse contexto (Fingerman, 2012, pp. 11–12). No entanto, outros preferem continuar utilizando o termo holocausto, pois já estaria consolidado no senso comum quando se faz referência, particularmente, ao extermínio dos judeus (Rees, 2018, p.498). Aqui, intercambiaremos os dois termos como sinônimos, embora seja dada a preferência ao termo Shoá.

Outrossim, toda uma historiografia pré-década de 1960 EC foi construída afirmando que o Holocausto era majoritariamente desconhecido das populações europeias, mas, segundo algumas pesquisas recentes, tal premissa não se sustenta. Na verdade, havia um silenciamento deliberado das populações envolvidas, e mesmo dos produtores de saberes, para que temas incômodos não fossem debatidos pela opinião pública, nas academias ou nas escolas. Debater o Holocausto era igualmente discutir os seus fundamentos, refletir acerca das teorias racistas, da exploração de minorias e da segregação de grupos. Isso se apresentava como extremamente incômodo frente à aura mitológica associada aos Aliados e em países que ainda mantinham seus projetos de colonização na África, Ásia ou Oceania (Schub, 2022, p.14).

Fato é que, muitas vezes, a tentativa de atrelar a política de extermínio dos judeus às análises sobre a psicologia de Hitler, as quais costumam descrevê-lo como psicótico e paranoico a partir de uma perspectiva psicanalista (evocando também algum recalque por conta de sua carreira artística frustrada), ou ainda atribuir tal ódio antijudaico ao clima antissemita da Viena da *Belle Époque*⁵, que lhe influenciara na juventude, termina por levar a discussão a um campo por demais personalista e escamoteia o quão incrustado culturalmente estava o antissemitismo nas sociedades europeias (Laquer, 2022, p. 115). Dessa maneira, também se isentavam tais

5 Período áureo no desenvolvimento cultural dos países industrializados da Europa ocidental, correspondendo basicamente ao período histórico que vai de 1870 a 1914 EC.

sociedades de realizar um exercício teórico-crítico mais profundo sobre as estruturas sociológicas de exclusão, segregação, e racismo, que conformam as identidades nacionais e culturais dessas mesmas sociedades. Além disso, os isentava também da expropriação e apropriação indevida dos pertences e bens, dos sobreviventes e de seus familiares mortos, por muitas organizações e cidadãos europeus nas áreas onde ocorrera a guerra.

De modo geral, nos países do Leste Europeu pós-guerra, particularmente os que estavam sob o domínio soviético, mas também na Alemanha e na Áustria democráticas, discutir sobre as responsabilidades ou cooperação de membros da sociedade civil na Shoá consistia em um tema tabu. Até mesmo os EUA, cujas teorias conspiratórias costumam atribuir um controle político por parte dos judeus ou dos “lobbys sionistas”, parecem ter adiado a sua entrada na guerra e evitado, a princípio, posicionar-se contra os campos de concentração e extermínio nazista. Entre outras razões, isso ocorreu porque a sociedade geral parecia não ver com bons olhos o envolvimento da política estadunidense com questões relativas aos judeus. Não é de se estranhar, portanto, a capilaridade alcançada pelos discursos de negacionistas do holocausto nessas sociedades e mais além (Wieviorka, 2014, pp.67–70).

Contudo, para se executar o projeto de extermínio maciço dos judeus, era necessário identificá-los. Tentativas laboratoriais ou pseudocientíficas foram amplamente utilizadas pelos médicos nazistas, os quais submeteram um número variado de indivíduos das raças ou grupos considerados por eles inferiores ou degeneradas (judeus, povos rom e sinti, deficientes físicos, homossexuais), a fim de criar critérios raciais objetivos que justificassem a segregação, a esterilização e o extermínio. Todas essas tentativas malograram miseravelmente. Daí então que, para identificar, por exemplo, o judeu, eles tiveram de fazer uso de critérios culturais ou genealógicos, pois Hitler acreditava que, mais do que uma questão meramente, a raça era algo ideal, quase platônico. Desse modo, era judeu quem assim descendia de pais judeus ou de um dos pais judeu, ou quem tivesse dois ou três dos quatro avós judeus; ou mesmo quem tivesse se convertido ao judaísmo; ou, eventualmente, até quem se casasse com um judeu (Bethencourt, 2015, pp. 446–507). O fato de incluir conversos e cônjuges de judeus demonstra que o critério da identidade judaica, para os nazistas, era menos restritivo do que apenas a filiação sanguínea, incorporando também a

afiliação cultural. Dentre os doutores que atuaram nos campos de concentração, com destaque para o campo de Auschwitz, e que ficaram reconhecidos pelas suas cruéis experiências que visavam a atestar os pressupostos raciais e eugênicos da doutrina nazista, estavam: Josef Mengele, Carl Clauberg, Horst Schuchmann e Sigmund Rascher (Rees, 2018, pp. 419–422).

De modo geral, o nacional-socialismo caracterizou-se por ser uma concepção e prática política fundamentada nas ideias do imperialismo alemão, no racismo e no anti-iluminismo. Ou seja, os nazistas entendiam que o *Reich* alemão deveria se expandir para além das fronteiras, a fim de garantir a sobrevivência e o domínio do *Volk* germânico. Entendia também que as raças ou grupos inferiores deveriam ser segregados, dominados e exterminados, e que os ideais libertários, humanistas, igualitários e universalistas do iluminismo eram antinaturais. Aqui se torna importante também frisar que a efetivação da doutrina racialista seria o grande diferencial do nazismo, quando comparado com outros movimentos totalitários, como o fascismo e o stalinismo. Sendo inclusive por essa razão que as práticas de extermínio dos grupos tidos por “subumanos” pelos nazistas, conjuntamente às leis segregacionistas raciais estadunidenses (Jim Crow) e o regime de segregação sul-africano baseado nas definições sobre os indivíduos “de cor”, formam a tríade sobre a qual se deve debruçar qualquer reflexão acadêmica contemporânea responsável a respeito de raça, racismo e racialismo (Schaub, 2022, pp.16–17).

Entende-se por racialismo a teoria pseudocientífica, surgida primeiramente na Europa entre os séculos XVIII-XIX EC, que, a partir do conceito de raça, fundamentava o racismo, em contraposição ao princípio de igualdade humana sustentado pelo Iluminismo. Já o racismo consiste precisamente nas práticas discriminatórias e segregacionistas baseadas no racialismo e na definição política de raça, e promove a exclusão de grupos ou indivíduos por conta de seu fenótipo ou origens. Enquanto raça é justamente a caracterização arbitrária, de ordem política e sociocultural, sobre grupos ou indivíduos a partir de suas características fenotípicas e linhagem genealógica, atribuindo-lhes características físicas, psicológicas, éticas ou estéticas inatas (Bethencourt, 2015, pp. 498–512). Assim sendo, embora a xenofobia e o etnocentrismo apresentem-se como velhos e conhecidos preconceitos das sociedades humanas, o racismo, por sua vez, é algo mais recente e que se pode

delinear bem historicamente. Além disso, se configura como um instrumento de controle e normalização sociopolíticos, supostamente validados por uma interpretação forçada ou incorreta da medicina ou da biologia (Schwarcz, 2024, p. 57).

A despeito das motivações e razões para seu ódio antissemita, o nazismo reduziu, durante o período de doze anos, a população judaica mundial em um terço, de dezoito para doze milhões. Metade das judiarias asquenazitas foram destruídas, especialmente na Polônia e nos países do Leste. Em Varsóvia, capital da Polônia, de uma população de mais de quinhentos mil judeus restaram não mais do que cerca de duas centenas no pós-guerra. Nos arredores dos atuais exclave russo de Kaliningrado, antiga Königsberg, e da polonesa Gdansk, antiga Danzig (ambos na Prússia Oriental), à medida que os soviéticos iam se aproximando, os cerca de nove mil prisioneiros judeus da região (dos quais seis mil eram mulheres e crianças) foram obrigados pelos nazistas a marcharem até vilarejo de pescadores de Palmnicken, no litoral Báltico. Após a caminhada fria e exaustiva, os moribundos terminaram por ser assassinados em massa e seus corpos lançados ao mar. Deles, só treze pessoas sobreviveram (Gilbert, 2010). Assim, a Europa deixou então de ser o principal assentamento judaico do planeta e, com a tragédia, sucumbiu igualmente as expectativas judaicas de fraternidade universal, reforçando o nacionalismo e, em parte, o etnocentrismo judaico (Wine, 2012, p. 7300).

3 HORROR E MORTE POR TODA PARTE: A SHOÁ E SEU IMPACTO SOBRE OS JUDEUS

POR CONTA DA PROFUNDA EXPERIÊNCIA DE VIOLÊNCIA E DESTRUIÇÃO DESENCADEADAS PELA SHOÁ, CERTOS SEGMENTOS DO NACIONALISMO JUDAICO PASSARAM A ENTENDER QUE TODA EXPERIÊNCIA JUDAICA NA DIÁSPORA ERA DELETÉRIA. PORTANTO, PASSOU-SE A DEFENDER COM MAIS ÊNFASE A NECESSIDADE DE SE CONSTRUIR UM LAR NACIONAL JUDAICO. ASSIM, ACREDITAVA-SE QUE AO RETORNAREM A SUA TERRA ANCESTRAL, O NOVO HOMEM E MULHER JUDEUS, CONSTRUÍDOS PELA EXPERIÊNCIA SIONISTA NA TERRA DE ISRAEL, DEVERIAM BUSCAR SEUS MAIS PROFUNDOS VÍNCULOS COM A ANTIGUIDADE JUDAICA, COM O TEMPO DOS GRANDES HERÓIS BÍBLICOS OU HISTÓRICOS: COMO JOSUÉ, DAVI, JOSIAS, ESDRAS, OS MACABEUS, OU MESMO BAR KOCHBA. SERIA ESSA UMA MANEIRA DE RECUPERAR A ESTIMA DE UMA POPULAÇÃO MASSACRADA E TRAUMATIZADA, ENQUANTO BUSCAVAM TRANSFORMAR O ESTADO DE ISRAEL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA VIDA POLÍTICA E DA CULTURA JUDAICA. E NESSE SENTIDO, O SIONISMO PÓS-GUERRA FOI MUITO BEM SUCEDIDO (SORJ, 2001, P. 56).

É DE FATO, A PARTICIPAÇÃO, DURANTE A SHOÁ, DE INÚMEROS CIVIS E ANÔNIMOS NÃO-JUDEUS NAS EXECUÇÕES MASSIVAS DOS JUDEUS TEVE UM EFEITO DRAMÁTICO NA PERCEPÇÃO DE QUE MUITOS JUDEUS POSSUIRIAM, NO QUE SE REFERE AO ALCANCE E À PENETRAÇÃO DO ANTISSEMITISMO ENTRE OS NÃO-JUDEUS. MUITAS DAS VÍTIMAS, PRINCIPALMENTE NOS PAÍSES BÁLTICOS, DA EUROPA ORIENTAL E DO SUDESTE, NUNCA VIRAM UM NAZISTA, MAS FORAM ASSASSINADOS OU VIOLENTADOS POR COLABORADORES, OPORTUNISTAS OU POR QUALQUER OUTRA RAZÃO BANAL QUE FIZESSE O ALGOZ CONSIDERAR LEGÍTIMO A VIOLÊNCIA CONTRA OS JUDEUS. ALIÁS, FOI NA LITUÂNIA E NA LETÔNIA SOB OCUPAÇÃO, E NÃO NA ALEMANHA NAZISTA, QUE A “SOLUÇÃO FINAL” SE INICIA.

O EXTERMÍNIO EM MASSA FOI BEM-SUCEDIDO JUSTAMENTE PORQUE SEMPRE ADQUIRIA CARACTERÍSTICAS LOCAIS E FAZIA USO DE UMA VARIEDADE DE MÉTODOS: NOS LUGARES ONDE OS ESTADOS-NACIONAIS TINHAM SIDO DESMONTADOS E A ALEMANHA NAZISTA OS INCORPORAVA, BEM COMO NOS TERRITÓRIOS DE RECENTE OCUPAÇÃO SOVIÉTICA, AS TÉCNICAS PARA EXTERMÍNIO DA POPULAÇÃO JUDAICA INCLUÍAM O RECRUTAMENTO DA POPULAÇÃO LOCAL, A INTERMEDIÇÃO DE INSTITUIÇÕES ALEMÃES E FUZILAMENTOS A CÉU ABERTO. NA POLÔNIA CENTRAL E OCIDENTAL, OS JUDEUS ERAM CAÇADOS, ENVIADOS A GUETOS, OBRIGADOS A TRABALHOS FORÇADOS, DEPORTADOS DE UM CAMPO DE CONCENTRAÇÃO PARA OUTRO E FINDAVAM NAS CÂMARAS DE GÁS. NOS BÁLTICOS, NO LESTE DA POLÔNIA E NA URSS, A MORTE VINHA À QUEIMA ROUPA, COM SUFOCAMENTO POR GASES, EM VALAS COLETIVAS OU NOS FORNOS. PARA O RESTANTE DOS JUDEUS DA EUROPA, O DESTINO DA MAIORIA ERA AUSCHWITZ (SNYDER, 2016).

O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO E EXTERMÍNIO DE AUSCHWITZ (DE JUNHO DE 1940 A JANEIRO DE 1945 EC) FOI O PRIMEIRO DE UMA SÉRIE DE CAMPOS SIMILARES CONSTRUÍDOS PELOS NAZISTAS NA POLÔNIA OCUPADA, TORNANDO-SE DEPOIS O MAIOR DE TODOS, EM PARTE POR SUA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, POIS SE SITUAVA EM UMA REGIÃO CENTRAL DO CONTINENTE EUROPEU. DEVIDO À SUA PROXIMIDADE COM CRACÓVIA, UM GRANDE CONTINGENTE DE POPULAÇÃO JUDAICA VIVENDO NOS SEUS ARREDORES, E AO ACESSO FACILITADO POR VIA FÉRREA, A CIDADE POLONESA DE OSWIECIM TERMINOU POR SER ESCOLHIDA PELOS NAZISTAS PARA IMPLANTAR UMA SÉRIE DE EMPRESAS E INDÚSTRIAS QUE SERVIAM AO REICH ALEMÃO, E QUE SE UTILIZAVAM DA MÃO DE OBRA FORÇADA DOS PRISONEIROS. INICIALMENTE PENSADO COMO UM CAMPO DE CONCENTRAÇÃO PARA PRISONEIROS DA RESISTÊNCIA POLACA, A PARTIR DE 1942 EC, FOI TRANSFORMADO NO MAIOR E MAIS IMPORTANTE CAMPO DE EXTERMÍNIO DE JUDEUS DURANTE A SHOÁ.

QUANDO DE SUA OPERACIONALIDADE MÁXIMA, EM 1944 EC, AUSCHWITZ ERA COMPOSTO DE TRÊS SETORES PRINCIPAIS: AUSCHWITZ I, CONTENDO PRÓXIMO À DEZESSEIS MIL PRISONEIROS; AUSCHWITZ II-BIRKENAU, ONDE SE ENCONTRAVAM AS CÂMARAS DE GÁS, OS CENTROS DE INCINERAÇÃO E AS CHAMINÉS, COM CERCA DE NOVENTA MIL PRISONEIROS; E AUSCHWITZ III-MONOWITZ, ONDE SE UTILIZAVA A MÃO DE OBRA DOS APROXIMADAMENTE DEZ MIL PRISONEIROS PARA FABRICAÇÃO DE BORRACHA SINTÉTICA E GASOLINA PELAS FÁBRICAS BUNA-WERKE, DO CONSÓRCIO ALEMÃO IG FARBENINDUSTRIE (MENSFELT, 2018, P.7). AO PERCEBEREM O AVANÇO SOVIÉTICO, OS NAZISTAS TENTARAM DESTRUIR A MAIORIA DAS PROVAS DE SEUS CRIMES: QUEIMARAM DOCUMENTOS, ROUBARAM OS PERTENCES DOS PRISONEIROS, INCENDIARAM OS ARMAZÉNS E EXPLODIRAM AS CÂMARAS DE GÁS. JUDEUS FORAM ENVIADOS DE TODA EUROPA PARA SEREM ASSASSINADOS NESSE LUGAR, EM ESPECIAL DOS PAÍSES BAIXOS, BÉLGICA, FRANÇA, ROMÊNIA, HUNGRIA, ESLOVÁQUIA, ITÁLIA, BALCÃS E GRÉCIA (REES, 2018, P. 438). QUANDO OS SOVIÉTICOS LIBERTARAM OS

CAMPOS EM 27 DE JANEIRO DE 1945 EC, ENCONTRARAM ABANDONADOS E FAMÉLICOS APENAS SETE MIL E QUINHENTOS PRISONEIROS, POIS, SEMANAS ANTES, OS NAZISTAS TINHAM EVACUADO CERCA DE CINQUENTA E SEIS MIL, A FIM DE OS DESLOCAREM PARA OUTROS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO NO INTERIOR DO REICH. DESSES, ESTIMA-SE QUE NO MÍNIMO NOVE MIL TENHAM SUCUMBIDO DURANTE OS DESLOCAMENTOS FORÇADOS, QUE ERAM REALIZADOS A PÉ, E FICARAM CONHECIDOS COMO “MARCHAS DA MORTE”. ESSES MESMOS SOBREVIVENTES ERAM AINDA, MUITAS VEZES, ASSEDIADOS OU VIOLENTADOS PELOS OFICIAIS NAZISTAS E PELA POPULAÇÃO CIVIL AO LONGO DO CAMINHO (GILBERT, 2010, PP. 819–824).

A EXPERIÊNCIA TRAUMÁTICA DO HOLOCAUSTO LEVANTOU UMA OUTRA QUESTÃO DE EXTREMA RELEVÂNCIA PARA A IDENTIDADE JUDAICA CONTEMPORÂNEA, PARA ALÉM DA IMEDIATA QUESTÃO DA SEGREGAÇÃO RACIAL REALIZADA CONTRA OS JUDEUS: COMO CONCILIAR AS IDEIAS DA ELEIÇÃO DE ISRAEL POR UM DEUS ONIPOTENTE E MISERICORDIOSO E A REALIDADE CABAL DA MORTE E DO SOFRIMENTO POR TODA PARTE? ISSO A DESPEITO DAS PROMESSAS BÍBLICAS DE PROTEÇÃO QUE A DIVINDADE TERIA FEITO, QUANDO DE SUA ALIANÇA COM OS HEBREUS. LOGO, TAL DILEMA NÃO SE TRATAVA APENAS DA DISCUSSÃO SOBRE A ORIGEM DO MAL ONTOLÓGICO, PRESENTE NA CONFIGURAÇÃO DO COSMOS, MAS DO SILÊNCIO DE UM DEUS BENEVOLENTE, A QUEM SE ATRIBUÍA A SALVAGUARDA DE SEU POVO E O SENHORIO DA HISTÓRIA. ASSIM, A EXPERIÊNCIA DA SHOÁ COLOCOU EM QUESTÃO DOIS PONTOS FUNDAMENTAIS, ENTRE OUTROS, DA REVELAÇÃO BÍBLICA A PARTIR DO VIÉS JUDAICO: O DA DIGNIDADE HUMANA E O DA ELEIÇÃO DE ISRAEL (FINGUERMAN, 2012, PP. 5–7).

4 “MEU D’US⁶, MEU D’US, POR QUE ME ABANDONASTE?!” AS TENTATIVAS JUDAICAS POR UMA RESPOSTA

A experiência nos campos de concentração e extermínio nazistas buscavam despir os prisioneiros, desde o início, de sua dignidade humana, e não apenas de suas roupas, pertences ou pelos do corpo. Seus nomes eram esquecidos e sobre as peles das vítimas eram tatuados números em série. Suas identidades tornavam-se um estigma, um símbolo, que, no caso dos judeus, era representado por uma estrela de Davi amarela, com a inscrição “*jude*” (judeu, em alemão) bordada nos uniformes dos prisioneiros dos campos de concentração. Quando não sucumbiam às péssimas condições de transporte até chegarem aos campos ou por conta das condições insalubres dos próprios campos, as pessoas terminavam por se transformarem, cedo ou tarde, em subprodutos descartáveis. Pois, depois de serem selecionadas para exercer trabalho forçado ou degradante, quando tinham sido exauridas sua força de trabalho, elas eram destinadas aos galpões das fábricas de morte, onde morriam

6 Na tradição religiosa judaica ao se referir ao título divino costuma-se marcar a singularidade do Deus judaico com a supressão de uma letra em sinal de respeito e atenção.

sufocadas por gás tóxico, e então seus corpos eram lançados em valas comuns ou incinerados. Em uma infame demonstração do que a técnica e a ciência da moderna sociedade industrial europeia eram capazes, produzia-se, em escala industrial, sebo, cinzas e fumaça do que outrora foram pessoas. Ou seja, a concretização da tecnificação e normalização do assassinato em larga industrial (Stefani in Penzo, 2002, pp. 620–621). Em certo sentido, o Holocausto teria encerrado tragicamente o projeto humanista do Iluminismo, iniciado ainda no Renascimento, e cujas raízes remontam tanto à filosofia greco-romana quanto à tradição bíblica judaica e cristã (Jonas, 2016, p.7).

A factualidade da tragédia da Shoá, cujo epítome é Auschwitz, também colocou em xeque, para certas reflexões teológicas e filosóficas judaicas, a revelação do Sinai. Momento esse compreendido pelo judaísmo religioso como o axial da história hebraica, quando a Divindade desceu até o cume da montanha fumegante e se revelou à multidão dos filhos de Israel (recém-libertos da escravidão egípcia), e os quais testemunharam a voz e a glória divinas, confirmando ali a aliança com o povo que escolhera para si, a fim de apresentar os fundamentos do imperativo moral (os dez pronunciamentos) que caracterizariam o monoteísmo ético. Auschwitz, por sua vez, seria a negação da Divindade, o oposto da ética, o silêncio e o abandono divinos. Se o Sinai é o ápice da epifania, Auschwitz configurou-se no ápice da anti-epifania (Stefani in Penzo, 2002, p. 623).

Os relatos dos sobreviventes da Shoá, por sua vez, apontam para a heterogeneidade de posturas e respostas religiosas diante da tragédia. Diante da catástrofe e do silêncio Divino, alguns perderam a fé ou consolidaram suas convicções ateístas ou agnósticas, como relatou Ruth Mathias, judia húngara e sobrevivente de Auschwitz, que presenciou, ao ser deportada para o campo de extermínio em 1944, a seguinte cena traumática, que a fez abandonar suas crenças religiosas:

Eu me tornei atea logo após a deportação [...] meu pai nunca fez mal a ninguém, e não foi só ele quem sofreu, mas muitas outras crianças inocentes. Vi isso com os próprios olhos, eles (os nazistas) as seguravam pelos pés e arremessavam-nas contra parede e o cérebro delas se abria [...] hoje sou uma fatalista. (Rees, 2018, p. 452)

Outros, porém, reafirmaram com mais afinco suas convicções, inclusive se utilizando de meios complexos e arriscados para permanecerem observantes, como, por exemplo, calcular as datas dos jejuns e das festas. Havia ainda os que permaneceram praticantes no intuito de dar algum sentido psicológico ao caos, a despeito de não mais acreditarem. Por último, estavam os que optaram por desenvolver crenças mais próximas ao teísmo ou algum tipo de panteísmo, ou simplesmente apegando-se à sua judeidade por um viés secular (Fried, 2021, pp. 175–176).

Para o filósofo judeu-alemão Hans Jonas (1903-1993 EC), após Auschwitz não seria mais possível afirmar ou sustentar a ideia Onipotência Divina. Por isso, inspirando-se na tradição e nas especulações cabalísticas, ele propõe uma releitura da relação entre o Criador e a criação. No princípio, D'us abriu mão de sua impassível absoluta majestade e, em um ato de voluntária benevolência, decidiu ceder parte de Si para que houvesse o Universo. Depois, Ele mesmo se insere nesse mundo que busca alcançar a perfeição original. No entanto, por estar imbuído da Consciência Divina, esse projeto se torna ainda mais significativo, porque partícipe da experiência do Divino. Dessa maneira, D'us experimenta o devir e a matéria almeja a perfeição. Porém, para que tal plano venha a se executar, D'us não interfere nas experiências fenomenológicas da matéria ou nas subjetividades das consciências. De acordo com o mito jonasiano, D'us transita com a matéria, arrisca-se e sofre com o mundo. Pois o D'us bíblico não é o motor imóvel aristotélico, mas a Divindade apaixonada que se revelou a Moisés e aos profetas. Ele é potência, mas não tirânica onipotência (Jonas, 2016, pp. 22–34). Poeticamente, tal mitologia poderia ser traduzida da seguinte maneira: “Do Todo abriu-se o Nada/Do Nada emergiu Algo/De Algo rumou-se a Alguém/Do Alguém compreendeu-se Tudo/D'us se fez História/Começo-Meio-Fim/Absoluto”. No entanto, para a maioria dos judeus, tal poesia esotérica, pode parecer não muito satisfatória.

De modo geral, as interpretações mais tradicionalistas sobre o porquê de D'us silenciar-se diante do Holocausto optaram por explicações que entenderam a tragédia (Blech, 2006, pp.188–204):

- 1) como uma punição Divina pelo fato de os judeus optarem pela assimilação (alguns ramos da ultraortodoxia), ou por terem apoiado o sionismo (Rebe de

Satmar), ou, ao contrário, por não terem apoiado a iniciativa sionista (rabino Yissochor Solomon Pechtel);

2) como um ato deliberado da maldade e do livre arbítrio humanos (rabino Abraham Joshua Heschel), no contexto de uma sociedade materialista que virara as costas aos princípios éticos, em que D'us em nada se relacionaria;

3) como um prenúncio escatológico da Redenção, onde o sofrimento do povo judeu resultara no ressurgimento da soberania judaica em sua pátria ancestral (Rav Tsvi lehudá HaCohen Kook);

4) como algo inexplicável, tal qual a experiência de Jó (rabino Eliezer Berkovits).

Algo que um público não-judeu apresenta, por vezes, dificuldades de compreender é a correlação que acontecimentos como a Shoá (1941-1945) e a criação do Estado de Israel (1947-1948) tiveram na compreensão da psiquê e da identidade judaicas atuais. A experiência de extermínio massivo e da quase total aniquilação do judaísmo europeu, seguida pela criação de um Estado que serviria como refúgio para os judeus de todo o mundo (acontecimentos tão cruciais em um período tão curto de tempo entre os dois), é algo que ecoa fortemente no imaginário e nos sentimentos de inúmeros judeus. Isso inclusive nos ajudaria a entender, embora não necessariamente justifique, o porquê do medo perpétuo de extinção apresentado nos discursos de muitos israelenses e da percepção do excesso de agressividade com a qual o Estado de Israel muitas vezes atua na região. O trauma da Shoá e a percepção de um certo abandono Divino durante aquela tragédia reverberam para muitos israelenses, cuja sociedade é ainda bastante secular, como um ensinamento de que os judeus estariam a sós e à mercê deles mesmos se quiserem sobreviver. E que essa sobrevivência deve se impor, custe o que custar. Vale lembrar que mais da metade da população do país descende de judeus provenientes de países muçulmanos e que foram expulsos desses territórios, onde viviam há séculos ou milênios, após a fundação do estado judaico, o que faz com que muitos tenham um sentimento ambíguo sobre a relação com os árabes (Shapira, 2018, pp. 266–272).

Por outro lado, o sionismo religioso entende que a Shoá faz parte de um conjunto de acontecimentos trágicos que prenunciam a redenção final. Assim, o holocausto e a

criação do Estado de Israel fazem parte do plano redentor de D'us: não apenas para seu povo, mas também para toda humanidade. Pois só quando os judeus puderem se assentar em sua terra ancestral, reconstruir o Templo e se dedicar plenamente à Torá, e toda a humanidade aprender com esse exemplo e igualmente retornar a D'us, é que o propósito da existência desse mundo estará cumprido. Ou seja, tendo chegado a hora de se iniciar a redenção, os judeus precisavam retornar à Terra de Israel. Porém, como muitos se negaram por conta da assimilação, D'us precisou permitir que uma grande atrocidade recaísse sobre seu povo, a fim de obrigá-los a retornar a Terra Prometida. Logo, a Shoá não seria um castigo divino, mas refletiria o modo como D'us permanece interferindo na história a favor do Seu propósito final de redenção da humanidade (Samson, 1999, p.253). Uma ideia desconcertante para maioria dos judeus, que tendem majoritariamente a preterir tal interpretação teológica.

No entanto, para tantos outros judeus religiosos, diante da quase aniquilação do povo judeu após a Shoá, e frente aos riscos do aprofundamento da assimilação e do agnosticismo secularista, como uma das consequências de tal tragédia, caberia aos judeus religiosos realizar um amplo esforço missionário com o intuito de promover o retorno (*teshuvá*) dos judeus seculares remanescentes às práticas religiosas, a fim de acelerar a Era Messiânica. É o que busca realizar, por exemplo, movimentos como o Chabad Lubavitch, presentes em quase todos os lugares onde há uma considerável comunidade judaica (Topel, 2005, p.39): desde Nova Iorque a São Paulo e Rio de Janeiro, e incluindo o próprio Recife.

Já para o rabino romeno Eliezer Berkovits (1908-1992 EC), apesar de serem sabidas as várias tragédias que acometeram historicamente o povo judeu, a experiência da Shoá é algo único. A tragédia foi uma absoluta injustiça permitida por D'us, da qual ele precisaria dar conta ao seu povo. E isso decorria justamente do fato de D'us ter criado um mundo que, embora imperfeito, aspira pela bondade e justiça. Ao mesmo tempo, numa lógica semelhante à do filósofo alemão luterano, G. W. Leibniz (1646-1716 EC), o mundo precisaria, necessariamente, ser imperfeito, pois, caso contrário, ele mesmo se fundiria ao próprio D'us, o que tornaria impossível a existência da liberdade e da manifestação da justiça e da bondade divinas. O mais importante, para nós, é que Berkovits não entende a Shoá como uma punição, ele a denuncia como reflexo do declínio moral humano, em particular do cientificismo e tecnicismo

materialista da civilização ocidental. Ou seja, ainda que D'us a tenha permitido, tal hecatombe não fazia parte de seus planos, antes foi resultado do predomínio das inclinações más do humano e que não foram refreadas pelo imperativo das Leis Divinas, das quais largos segmentos da humanidade se apartaram. Entretanto, para Berkovits, o nazismo não era apenas uma ideologia política, mas uma força espiritual maléfica. Na verdade, a humanidade encontra-se em exílio cósmico da Presença Divina (*Shechiná*), enquanto o povo judeu também experimenta o exílio de sua terra de origem. Todavia, a tragédia da Shoá foi sucedida por um lampejo da redenção: a criação do Estado de Israel. Porque, de acordo com as tradições escatológicas judaicas tradicionais, o retorno dos judeus à terra prometida prenunciaria o reencontro definitivo entre D'us e a humanidade.

Em outras palavras, segundo a concepção de Berkovits, a Shoá decorreu do fato de que, para a liberdade humana existir, D'us termina por permitir, a contragosto, as ações do perverso e o sofrimento dos inocentes. Daí que Ele, por vezes, oculte a sua Face e permaneça momentaneamente em silêncio. Contudo, essa não é sua resposta final. Nos tempos vindouros, haverá a recompensa para os justos e o castigo para os perversos. Ademais, D'us nunca permitiu que seu povo fosse aniquilado por completo: sempre permanece um resto, conforme aludido pelos profetas. E assim também se deu com a Shoá. Logo, sua aliança nunca foi quebrada: nem no tempo dos babilônios, nem dos romanos ou dos nazistas. Como expressou o próprio Berkovits: “Enquanto o judeu existir, ele é uma testemunha de que D'us existe” (Berkovits, 1973, p. 118).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: JUDEUS PREFEREM PONTO E VÍRGULA AO PONTO FINAL

A despeito das reflexões prolíficas de Berkovits sobre o tema, de modo geral, os grandes intelectuais religiosos judeus do pós-guerra – como Abraham Joshua Heschel, Mordechai Kaplan, Martin Buber, Joseph Soloveitchk –, quiçá por falta de instrumentos conceituais apropriados ou por conta da proximidade traumática com os acontecimentos, só trataram da Shoá de maneira tangencial ou subentendida em suas obras (Fingerman, 2012, p. 16).

No âmbito acadêmico, as tentativas de explicação foram desde as interpretações mais *tradicionalistas*, que abordaram o tema como uma consequência extremada do antissemitismo (Leon Poliakov, Shulamit Volkov), passando para os que possuíam uma abordagem *intencionalista* (ênfaticam as intenções e motivações pessoais ou coletivas de Hitler e dos alemães, a exemplo de Lucy Davidowicz e Daniel J. Goldhagen), e desembocando nos *funcionalistas* (que optaram por uma análise que levasse em conta a estrutura sociocultural da sociedade europeia, em particular a germânica, no contexto do capitalismo industrial e do período entre guerras, como entendido por Saul Friedländerr e Werner Bergmann). A despeito das divergências conceituais, os aspectos racistas e antissemitas do nazismo configuraram um senso comum entre os especialistas (Eriksen et al., 2010, pp. 498–502).

Ainda sobre a Shoá, outra questão, não menos controversa, permanece em discussão: aquela que se refere à sua excepcionalidade ou ao seu ineditismo (*unprecedentedness*). Essa excepcionalidade é referida não no sentido de uma suposta superioridade moral das vítimas ou do seu sofrimento, nem mesmo por sua ampla escala numérica, mas por conta das idiosincrasias próprias a esse genocídio. Para o sociólogo judeu-polonês Zygmunt Baumann (1998, p.12), por exemplo, tal excepcionalidade residia no planejamento e execução burocrática, além do caráter técnico e científico do extermínio. Outros especialistas, no entanto, apontaram premissas diversas, além dessas duas, para caracterizar, em sentido estrito, o extermínio dos judeus: a brutalidade dos crimes, a passividade ou cumplicidade dos observadores e o caráter particular do antissemitismo.

Apesar disso, todos esses pressupostos apresentariam pontos de contestação, falhas ou brechas teórico-metodológicas para validação consensual de sua interpretação. Daí que a melhor interpretação sobre a excepcionalidade da Shoá tenha sido apresentada pelos professores israelenses Yehuda Bauer e David Bankier, que advogam três aspectos idiossincráticos do Holocausto contra os judeus: seu projeto global, sua ambição totalizante e seu pressuposto ideológico (Rees, 2018, pp. 140–147). Ou seja, para os nazistas, a solução do "problema judaico" não se limitava a combater um inimigo de guerra, mas extirpar a representação do mal maior, racial e ontológico: os judeus e sua cultura, que eram entendidos como inimigos da humanidade. Logo, seu extermínio físico e sua erradicação cultural completa seriam

parte de um projeto maior de libertação, higienização, purificação e melhoramento do mundo e da espécie humana. A ideologia nazista configurava, portanto, um antissemitismo redentor (Eriksen et al., 2010, pp.501).

Seria algo sem nenhum grau de comparação histórica, mesmo quando justaposto a outras terríveis experiências de genocídio, como o dos povos indígenas, dos namíbios, dos armênios ou dos bósnios. E muito menos quando comparado com situações de conflitos bélicos, já que a população judaica europeia e mundial não estava em beligerância com nenhuma nação, porque sequer os judeus possuíam, à época, um Estado-Nação ou um exército. O que nos ajuda a compreender o porquê de que, no imaginário coletivo do israelense médio, e de inúmeros judeus da Diáspora, a defesa da existência do Estado de Israel é uma questão de sobrevivência e não de expansionismo militar ou colonialismo. Ainda que muitos críticos, internos e externos, discordem dessa premissa, ou façam questão de apontar as posturas de violência desmedida, de expansionismo ilegal, de ações bélicas e civis injustificáveis realizadas pelo estado israelense (Sorj, 2001, pp. 56–57).

Em suma, a experiência da Shoá foi devastadora no imaginário e na experiência concreta (inclusive numérica) dos judeus. Ainda hoje o número geral da população judaica no mundo não ultrapassou a de antes do extermínio. Mas se a tragédia resultou no desaparecimento de inúmeras comunidades judaicas inteiras ou quase isso – como o caso dos judeus portugueses de Amsterdã, que tiveram cerca de 90% de sua comunidade exterminada dentre os 75% de judeus neerlandeses que pereceram (Blom, 1989, p. 335) –, o trauma e a compreensão factual das fragilidades do ideário iluminista e a percepção da real vulnerabilidade judaica aceleraram o processo de construção de um estado judaico. E isso se deu graças à adesão maciça dos judeus pós-shoá ao sionismo que, embora fosse um movimento político relevante para o secularismo judaico, era originalmente minoritário. Por sua vez, em nossos dias, e diante da tragédia de Gaza, inúmeras vozes internas às próprias comunidades judaicas também pleiteiem por um pós-sionismo, especialmente em comunidades mais secularizadas e progressistas, particularmente as estadunidenses. Analogamente, ainda que as ortodoxias alcancem grande representação imagética e discursiva, a secularização do judaísmo também se aprofundou e a ideia de D'us esmaeceu ou se reconfigurou em performances que reafirmam os princípios éticos e

de direitos humanos inerentes ao judaísmo, ou ainda, em contraposição, em perspectivas de caráter fundamentalista, com intenções que mesclam religião e política.

A verdade é que a memória do holocausto permanece ainda em disputa no judaísmo. Por um lado, temos certa instrumentalização da tragédia passada, para fins de adesão contínua e irrestrita ao Estado de Israel por alguns setores políticos do sionismo. Além da perspectiva, nas comunidades diaspóricas, de que é preciso manter a adesão comunitária a todo custo, pois o mundo não-judaico permanece sempre hostil (Sorj in Bonder; Sorj, 2010, pp. 87–92). Por outro lado, enfatiza-se que a reflexão sobre a Shoá exige uma postura que abarque o respeito à sua singularidade como fenômeno histórico vinculado aos processos de segregação, perseguição e extermínio, impetrados contra os judeus ao longo da história hebraica. Ao mesmo tempo, que se permite dialogar com experiências análogas sofridas por outros povos e grupos marginalizados, segregados, e vilipendiados na contemporaneidade, sejam as mulheres, os negros, os indígenas, a comunidade LGBTQIAPN+, os refugiados, e inclusive os próprios palestinos, vitimados por grupos islamitas⁷ (Hamás, Jihad Islâmica etc.) e pela política bélica dos partidários de um projeto exclusivista da extrema direita israelense (Fuks, in Pzcol et al., 2020, p. 62).

Finalmente, mas não por fim, a experiência judaica contemporânea não se encerrou com a tragédia da Shoá. Muito pelo contrário, a maioria das comunidades judaicas remanescentes entenderam a criação do Estado de Israel como um novo fôlego de esperança. É certo que, no último século, de todos os eventos ocorridos aos judeus, talvez nenhum teve maior e mais influente repercussão positiva do que o reconhecimento do direito aos judeus de sua soberania como nação. Ou seja, nada proveu mais esperança à maioria dos judeus no mundo do que a criação do Estado de Israel. Não compreender esse fato, incontornável na identidade judaica contemporânea, é ser incapaz de apreender a própria definição do que seria afirmar-se judeu em nossos dias. Ainda que exista uma minoria judaica que se oponha à existência do Estado de Israel por razões ideológicas, políticas e religiosas; há uma

⁷ Islamitas é o termo usual para se referir aos grupos islâmicos politicamente radicalizados a partir de uma perspectiva religiosa extremista. Não se deve confundir com os islâmicos ou muçulmanos em geral, que são simplesmente os seguidores do Islã ou as coletividades do mundo muçulmano.

imensa maioria que, pelas mesmas razões, afirmam-no. O que realmente não há é algum judeu contemporâneo que consiga passar ao largo dessas questões (Sacks, 2013, p.169).

REFERÊNCIAS

- ARMSTRONG, Karen. **Em Nome De Deus: O Fundamentalismo No Judaísmo, No Cristianismo E No Islamismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BAUMANN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BERKOVITS, E. **Faith After Holocaust**. New York: Ktav Publishing House, 1973.
- BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das Cruzadas ao século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BLECH, Benjamin. **Se Deus é bom, por que o mundo é tão ruim?** São Paulo: Sêfer, 2006.
- Blom, J. C. H. The persecution of the Jews in the Netherlands: A Comparative Western European Perspective. **European History Quarterly**, v. 19, p. 333-353, 1989.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Dez Mitos sobre os Judeus**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014.
- ERIKSEN, Trond Berg; HARKET, Hakon; LORENZ, Einhart. **História do Anti-semitismo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- FINGUERMAN, Ariel. **A Teologia do Holocausto: Como os pensadores judeus e cristãos pensaram Auschwitz**. São Paulo: Paulus, 2012.
- FRIED, Hédi. **Perguntas que me fazem sobre o Holocausto**. São Paulo: Editora Oceana, 2021.
- GILBERT, Martin. **O Holocausto: História dos Judeus na Europa na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.
- JONAS, Hans. **O Conceito de Deus após Auschwitz: Uma voz Judia**. São Paulo: Paulus, 2016.
- LAQUEUR, Walter. **A Face Mutável do Antissemitismo: Dos Tempos Antigos aos Dias Atuais**. São Paulo: É realizações, 2022.
- MAGNOLI, Demétrio. **Uma Gota de Sangue: História do Pensamento Racial**. São Paulo: Contexto, 2009.
- MENSFELT, Jaroslaw. **Memorial Auschwitz-Birkenau: Guide**. Oswiecim, Polônia: Panstwowe Muzeum Auschwitz-Birkenau, 2018.
- PENZO, Giorgio; GIBELINI, Rosino (orgs.). **Deus na Filosofia do Século XX**. São Paulo: Loyola, 2002.
- PSZCOL, Eliane; VAITSMAN, Heliete (orgs.). **Antissemitismo, uma obsessão, argumentos e narrativas**. Rio de Janeiro: Numa Editora, 2020.
- REES, Laurence. **O Holocausto: Uma Nova História**. São Paulo: Vestígio, 2018.

SACKS, Jonathan. **Tempo Futuro**: Judeus, Judaísmo e Israel no século 21. São Paulo: Sêfer, 2013.

SAMSON, David. **A Torá de Érets Israel**: Judaísmo e Sionismo. Ensinamentos do rabino Tsvi lehudá HaCohen Kook. São Paulo: Editora Sêfer, 1999.

SCHAUB, Jean-Frédéric. **Para uma História Política da Raça**. Lisboa: Tinta da China, 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Imagens da Branquitude**: A Presença da Ausência. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

SHAPIRA, Anita. **Israel**: Uma História. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

SNYDER, Timothy. **Terra Negra**: O Holocausto como História e Advertência. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SORJ, Bernardo. **Judaísmo para todos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SORJ, Bernardo. **Judaísmo para o século XXI**: O rabino e o sociólogo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

TOPEL, Marta F. **Jerusalém e São Paulo**: A nova ortodoxia judaica em cena. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

WASSERSTEIN, Bernard. **Na Iminência do Extermínio**: A História dos Judeus da Europa Antes da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Cultrix, 2014.

WIEVIORKA, Michel. **Antissemitismo explicado aos jovens**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

WINE, Sherwin T. **A Provocative People**: A Secular History of Jews. Farmington Hills, MI, EUA: International Institute for Secular Judaism, 2012.